

VOLUME 4  
NÚMERO 3  
2018

ISSN: 1518-2541



# HÉLADE

HOMENAGEM AO  
MUSEU NACIONAL DA UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA (IHT)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS DE REPRESENTAÇÕES E DE IMAGENS DA ANTIGUIDADE (NEREIDA)**

**REVISTA HÉLADE - ISSN: 1518-2541**

Ano 4, Volume 3 - Número 1

Dezembro de 2018

**EDITORES**

Prof. Dr. Alexandre Santos de Moraes (UFF)  
Prof. Dra. Adriene Baron Tacla (UFF)  
Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima (UFF)  
Prof. Dra. Talita Nunes Silva Gonçalves (UFF)

**ASSISTENTES DE EDIÇÃO**

Prof. Thaís Rodrigues dos Santos (UFF)  
Grad. Geovani dos Santos Canuto (UFF)  
Prof. Beatriz Moreira da Costa (UFF)

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira (UEMA)  
Prof. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG)  
Prof. Dra. Claudia Beltrão da Rosa (UNIRIO)  
Prof. Dr. Fábio Favarsani (UFOP)  
Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa (UFRJ)  
Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva (UFES)  
Prof. Dr. José Antônio Dabdbab Trabulsi (UFMG)  
Prof. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano (USP)  
Prof. Dra. Monica Selvatici (UEL)  
Prof. Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari (UNICAMP)

**CONSELHO CONSULTIVO**

Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Prof. Dr. Alvaro Hashizume Allegrette - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)  
Prof. Dr. Antonio Brancaglioni Júnior - Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Prof. Dr. Andrés Zarankin - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Sir Barry Cunliffe - Universidade de Oxford (Inglaterra)  
Prof. Dra. Elaine Hirata - Universidade de São Paulo (USP)  
Dr. Elif Keser Kayaalp - Universidade Mardin Artuklu (Turquia)  
Prof. Dr. Fábio Duarte Joly - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)  
Prof. Dr. João Lupi - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Prof. Dra. Luciane Munhoz de Omena - Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Prof. Titular Lynette G. Mitchell - Universidade de Exeter (Inglaterra)  
Prof. Dra. Márcia Severina Vasques - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
Prof. Dra. Maria Aparecida de Oliveira Silva - Universidade de São Paulo (USP)  
Prof. Dra. Margarida Maria de Carvalho - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Franca)  
Prof. Dra. Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos - Universidade de São Paulo (USP)  
Prof. Dra. Maria de Fátima Sousa e Silva - Universidade de Coimbra (Portugal)  
Prof. Dra. Maria Isabel d'Agostino Fleming - Universidade de São Paulo (USP)  
PD Dr. Philipp W. Stockhammer - Universidade de Heidelberg (Alemanha)  
Prof. Dra. Renata Senna Garraffoni - Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
Prof. Dra. Violaine Sebillotte Cuchet - Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne  
Professor Emérito Wolfgang Meid - Universidade de Innsbruck (Áustria)

A responsabilidade pelas opiniões emitidas, pelas informações e ideias divulgadas são exclusivas dos próprios autores.



## DA EPIGRAFIA PARA A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

*José d'Encarnação<sup>1</sup>*

**Resumo:** Os monumentos epigráficos revelam-se excepcionais fontes para a História, porque são originais, abarcam todos os domínios da actividade humana, em todos os tempos, desde a Idade do Ferro aos nossos dias. Especial destaque merecem, por exemplo, os grafitos, dado o seu carácter genuíno e espontâneo; assim como, na actualidade, o que está implícito na (aparentemente simples) atribuição do nome à rua duma localidade.

**Palavras-chave:** Epigrafia; grafitos; toponímia.

Exercem, sem dúvida, enorme fascínio sobre o Homem as «pedras com letras», mormente quando o texto vem expresso numa linguagem, à primeira vista, inacessível.

Da Idade do Ferro, em Portugal, subsistem inúmeras estelas redigidas mediante caracteres cujo significado, amiudadamente tentado, não se decifrou ainda. Quando, em 1989, se encontrou o «signário de Espanca» (Castro Verde), com uma sequência de signos em duas linhas, de imediato se pensou no que se passara com a Pedra de Roseta, onde, felizmente, o mesmo texto se encontrava escrito em caracteres hieroglíficos, em demóticos e... em grego! Do grego, portanto, Champollion logrou chegar à decifração do significado dos outros caracteres. No signário de Espanca, porém, temos, afinal, como que um abecedário, sendo a segunda linha uma cópia – diríamos de um aprendiz – do que estava em cima. Por isso, o mistério mantém-se.

São sobretudo os monumentos epigráficos da época romana que mais suscitam, no entanto, a curiosidade, não apenas porque usam siglas e abreviaturas a pôr à prova a inteligência do leitor, mas porque eles vêm complementar, de forma autêntica, o que os livros – aliás, chegados até nós não em versões originais, mas em cópias feitas ao longo dos séculos – nos deixavam entrever da vida nessas remotas eras.

*Tema Livre*

<sup>1</sup> Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. E-mail: jde@fl.uc.pt



Tão eloquentes eram que humanistas houve, como o nosso André de Resende e, mais tarde, Frei Bernardo de Brito, que não resistiram à tentação de forjarem epígrafes, inclusive em mármore, para confirmarem as suas teorias.

E essas 'visões' da Antiguidade não escaparam a uma outra tentação: a dos artistas! Célebre é, por exemplo, o quadro (**Figura 1**) patente no Museu Arqueológico de Odrinhas, que tem como legenda (em inglês e em italiano): «Interior de um compartimento antigo anexo às muralhas de Roma, dentro da Vinha Casali, no qual, no princípio do ano de 1701, se viam diversas urnas cinerárias e inscrições encontradas no decorrer das escavações da dita Vinha». Atente-se no pormenor com que são desenhadas as epígrafes, de tal modo que, hoje, observando o quadro, podemos identificar algumas que depois foram incluídas no *corpus* das inscrições de Roma CIL VI), como é o caso da que diz ANTESTIA / SEX(ti) l(iberta) HILARA / OSSA HIC SITA / SVNT (CIL VI 11 926), «Antéstia Hílara, liberta de Sexto. Os ossos jazem aqui». Ou estoutra: D(is) M(anibus) / VALERIAE G(aii) F(iliae) FIRM[AE] / VIXIT ANN(os) XXI M(enses) V / VALERIVS ONESIMVS / FILIAE DVLCIS[SIMAE] / ET D(ecimus) CAECILIV[S] / CONIVGI INCOM[PARABILI], transcrita em CIL VI 28 191 – em que a fidelidade é quase perfeita: no desenho, não se enxerga a invocação inicial aos deuses Manes e também terá escapado ao artista o número de meses que Valéria viveu. Acrescente-se, a título de curiosidade, que a tradução do epitáfio é a seguinte: «Aos deuses Manes de Valéria Firma, filha de Gaio. Viveu 21 anos e 5 meses. Valério Onésimo à filha dulcíssima e Décimo Cecílio à cónjuge incomparável».

Não poderiam, por isso, os membros da Academia Portuguesa da História ficar indiferentes a esse generalizado entusiasmo, que poderá ter assumido importância maior quando, após o terramoto de 1755, o Marquês de Pombal ordenou aos párocos que dessem conta do que de mais significativo, do ponto de vista histórico e monumental, existia nas suas paróquias (**Figura 2**). E esse movimento geral, que levou à concretização das *Memórias Paroquiais*, como se sabe, foi acompanhado pelos correspondentes da Academia, que amiúde ou enviavam relatos para serem publicados nos *Anais* ou vinham mesmo às sessões fazer comunicações que despertavam sempre o maior interesse.

## I. PARA UMA HISTÓRIA DA EPIGRAFIA EM PORTUGAL

Está feita a história dos estudos epigráficos em Portugal (vejam-se alguns títulos indicados na bibliografia que pus no final do texto). Não poderei, contudo, deixar de salientar a importância que começaram a ter –



não apenas a nível do País mas da Europa – na década de 70, mercê dos mais variados factores, entre os quais não será de somenos a criação da Association Internationale d'Épigraphie Grecque et Latine, fundada em Munique em 1972 e constituída em Constantza (Roménia), em 1977, uma consequência e uma causa, que cedo agregou a si quantos, nos vários países, se dedicavam a esta ciência, e que passaram a reunir-se em assembleia plenária de cinco em cinco anos, a partir, exactamente, de 1972, em Munique (está prevista para o final de Agosto de 2017, a XV edição, em Viena).

Entre nós, duas circunstâncias terão contribuído para acompanhar esse movimento: a publicação do II volume das *Fouilles de Conimbriga*, dedicado ao minucioso e exemplar estudo dos monumentos epigráficos da cidade, que serviu de modelo aos estudos posteriores; e o facto de, na reforma do programa do curso de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a Epigrafia ter passado a ser anual, quando, até aí, as universidades lhe atribuíam apenas um semestre, o que apenas permitia facultar aos estudantes os rudimentos da disciplina, o que não era bastante para lhes suscitar o necessário entusiasmo pela descoberta de epígrafes que abundavam pelas aldeias e até nos museus, sem haverem sido, até aí, objecto de estudo cuidado.

Na actualidade, os estudos epigráficos acompanham a regularidade doutros estudos científicos, mercê inclusive da publicação, desde 1982, do *Ficheiro Epigráfico*, suplemento da revista *Conimbriga*, destinado a dar a conhecer inscrições inéditas da Península Ibérica, de que, em Dezembro de 2018, se publicou o nº 179, onde a última inscrição estudada tem o nº 677.

## 2. A CIÊNCIA EPIGRÁFICA

Nunca se negou à Epigrafia o carácter de ciência, porque, na verdade, tem um objecto próprio (o estudo dos escritos em materiais duradouros); um método (a decifração do que está escrito); e um objectivo (a integração histórica dessa mensagem).

Tem-se discutido a utilização da palavra «duradouros» usada para acentuar o carácter permanente que subjaz à intenção do encomendante. Aliás, é sintomática, neste aspecto, a frase que retirei do ofício católico da encomendação das almas, uma passagem do livro de Job, que, um dia, me chamou a atenção e que, hoje, tem sido amiúde transcrita por colegas meus, conscientes precisamente do seu elevado alcance já desde os tempos bíblicos. Desabafa o profeta diante de Baldad (Job, 19, 23-24):

«Oh quem me dera que se escrevessem as minhas palavras! E se consignassem num livro, gravadas por estilete de ferro numa lâmina de chumbo. Ou se esculpisssem em pedra, para sempre!»



Lâmina de chumbo, pedra... Mas, claro, materiais menos perecíveis o são também a madeira, os metais em geral, a cerâmica... Excluem-se já: o papel e o pergaminho, porque aí cabem melhor ciências como a Paleografia e a Diplomática; e mesmo o papiro, porque alvo de uma ciência específica, a Papirologia. Dir-se-á que a Numismática, a Esfragística, a Medalhística também têm materiais duradouros como suporte; mas, aí, as inscrições são apenas um meio para melhor se compreender o interesse histórico do objecto e não é a decifração da epígrafe o objectivo primordial. É um meio e não um fim. De resto, aproveite-se para sublinhar que também a Epigrafia recorre à Paleografia, porque se chegou à conclusão de que houve, ao longo dos tempos, modas de desenhar as letras e, assim, teremos mais um argumento para se lograr uma datação.

Datação? Exacto. Esse é um dos problemas maiores do epigrafista que se ocupa da Antiguidade Clássica, porque, como são para durar sempre, não se inscreve uma data, que cingiria a uma época – e isso não se pretende, como proclamava Job: é para sempre! Uma das invulgares características dos epitáfios romanos é precisamente essa ausência da categoria «tempo»: não se diz quando é que a pessoa ali sepultada faleceu; diz-se os anos que ela tem. E o uso deste presente constitui igualmente um sintoma curioso, porque se escreve *hic situs est*, «aqui jaz», com X anos, e acrescenta-se, a partir de determinada altura, o voto «que a terra te seja leve!», *sit tibi terra levis*, também no presente, como se um diálogo houvesse entre o transeunte e o defunto. Por vezes, até há mesmo uma incitação a que esse augúrio se concretize: «Rogo-te, ó tu que passas, diz: que a terra te seja leve», *te rogo praeteriens, dic sit tibi terra levis!*

### 3. DA EPIGRAFIA PARA A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA, PORQUÊ?

Tempo é, pois, de se esclarecer a razão do título proposto.

A uma das definições de Epigrafia que me é particularmente cara e que colhi dos ensinamentos do meu saudoso Mestre, Professor Giancarlo Susini (1982), dei eu a seguinte formulação: «Epigrafia é o estudo da forma como, em determinado momento, o Homem seleccionou ideias para as transmitir aos vindouros».



Tal como, hoje, ao redigirmos uma sms – motivados pela pressa, pela necessidade de ocupar pouco espaço e pelo facto de estarmos em sintonia (aspecto que nunca será de mais salientar) –, escrevemos as palavras essenciais, usamos siglas e abreviaturas, assim fazia o canteiro (ou, se preferirmos, o lapicida, aquele que, cortando a pedra, grava as letras) na época romana. Para isso, portanto, tal como nós, precisava de pensar, de seleccionar, tanto mais que tinha um espaço reduzido onde deveria implantar tudo o que o encomendante lhe ditara.

Uma primeira consequência de índole histórica pode salientar-se: o texto reflecte uma mentalidade, a do encomendante. Pode o lapicida ‘dar-lhe um jeito’; mas a mensagem fundamental teve de se manter.

E o objectivo estava, necessariamente, bem presente: o que é que eu quero que os vindouros saibam de mim, da minha família, dos meus entes queridos, das minhas intenções, da minha maneira de encarar a vida?

A este aspecto acresce, obviamente, um outro: é que o ‘documento’ que nos chega às mãos é o original, tal qual saiu da oficina. Não conhecemos, a maior parte das vezes, o contexto específico para que aquela epígrafe foi pensada, porque os séculos passaram e a paisagem urbana e rural foi sendo transformada pelo Homem e pelas intempéries... Mas também aí entra o saber do epigrafista, porque as características formais, bem analisadas, podem fornecer pistas mais ou menos seguras: se era placa para embutir numa parede; se era estela a colocar no topo da sepultura; se era lintel de esplêndido monumento público; se altar para um santuário ou árula para figurar no larário familiar...

Já outras vezes o referi, mas creio que, para ilustrar o que se acaba de afirmar, o exemplo é deveras significativo: sobre uma campa num cemitério actual, surpreendeu-me ler, em grande destaque, o seguinte (**Figura 3**):

1 Pedro 1 : 3

Atos 24 : 15

Dado o contexto funerário, deduzi tratar-se seguramente de referência a passagens do Novo Testamento. Concretamente, seria da 1ª Carta de S. Pedro e, a segunda, dos Actos dos Apóstolos. Estranhei, porém, a grafia sem o c, quando ainda se não pensava em Novo Acordo Ortográfico. E, claro, fui saber que se exarara nesses textos:

Constitui a primeira o início da carta que o apóstolo dirige a todos os fiéis, incitando-os a terem esperança:

Bendito seja Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que na sua grande misericórdia nos regenerou pela ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos para uma esperança viva».



É a segunda, parte do discurso de defesa proferido por S. Paulo diante de Félix, governador da Judeia:

«[...] E tenho a esperança em Deus, que eles também aceitam, de que há-de haver a ressurreição, dos justos e dos pecadores».

Compreende-se que, na lousa sepulcral, escrever os textos por completo não seria fácil; todavia, interessa interrogar-nos: «Quem compreenderia facilmente essa mensagem, sem ter a Bíblia à mão? Seriam essas, passagens amiúde citadas na religião professada pelo defunto?».

A estranha grafia da palavra Actos pode fornecer-nos aqui – se outros indícios não houver – a solução do enigma: o defunto era militante das Testemunhas de Jeová, onde a crença na eternidade e na ressurreição dos mortos é um dos temas primordiais, e os livros por que os militantes se ilustram são... editados no Brasil! Daí, a grafia Atos!

A mensagem aí gravada destina-se, naturalmente, de modo especial, aos seus correligionários, que a compreendem perfeitamente, por se tratar, como se disse, de frases de menção (diríamos) quase quotidiana no seu seio.

#### 4. OS GRAFITOS

Creio não haver 'linguagem' mais livre – ou libertina, se se quiser – do que os grafitos, se atentarmos no panorama das nossas cidades e aldeias. Se, no Brasil, houve quem se tivesse dado ao cuidado de escrever um livro sobre «filosofia de pára-choque», a recolher as inúmeras frases, do mais diverso teor, que os camionistas mandavam gravar no pára-choques do seu camião, creio que, por exemplo, uma análise da mentalidade manifestada nos grafitos que enxameiam as casas-de-banho públicas (inclusive nos estabelecimentos universitários) daria – se é que já não deu – para uma tese, atendendo ao carácter espontâneo e «oculto» desses dizeres. E o sedutor poder espontâneo do grafito é de tal ordem que até as agências de publicidade se não privaram de a ele simuladamente recorrerem, com efeitos, sem dúvida, aliantes (**Figura 4**).





Houve realmente grafitos em todos os tempos e também para o estudo da época romana, os epigrafistas a eles recorrem para reconstituir ambientes, preocupações, a vida quotidiana nos seus aspectos mais... secretos! Nas latrinas de Óstia, como é conhecido, foram pintados os sábios gregos na posição que habitualmente se adopta numa latrina e junto de cada um deles vem uma frase chistosa: «Ut bene cacare ventrem palpavit Solon»!... Também em Óstia, o porto que servia Roma, foi perscrutando os grafitos que cobriam as paredes do quartel dos bombeiros que aí faziam serviço que Robert Sablayrolles veio a ter conhecimento da identificação de grande número deles, que não apareciam sequer nas listas oficiais.

Baste-nos um singelo exemplo, retirado da epigrafia da cidade romana de *Eburobrittium* (sita perto da actual Óbidos), para nos darmos conta da importância, inclusive do ponto de vista económico, que um grafito pode ter.

Dois fragmentos de um tijolo, ajustáveis, apresentam a seguinte inscrição feita com estilete rudimentar, antes da cozedura (**Figura 5**):

VSQVE HIC / CCC (*trecenti*)

«Até aqui 300!»! E nós imaginamos o operário encarregado da contagem dos tijolos prontos para entrar no forno, a fazer uma pausa, limpando o suor e pegando, quiçá, num pedaço de cana, escrever o resultado da contagem, para não se enganar. De seguida, recomeçaria do 1! Instantâneo de um labor de que, doutra forma, nem sequer se suspeitaria!

Tema Livre

## 5. A TOPONÍMIA

Embrenhados como estamos a considerar documentos epigráficos apenas os romanos, quiçá nos não apercebamos de que os houve em todas as épocas. Vamos ao Museu de Almodôvar e lá nos deixaremos encantar pelo enigma da «Escrita do Sudoeste». Passamos por Mértola e deparamos com epitáfios paleocristãos – e nesses sim, nesses vem a data em que ocorreu a morte de quem ali jaz, porque esse dia é o primeiro da verdadeira vida no Além, a vida eterna. Deambulamos pelos nossos templos vetustos ou pelos claustros dos nossos velinhos mosteiros e que vemos? Epitáfios que por ali estão há séculos, pisados, frequentemente sem que, alguma vez, alguém se tenha interessado deveras por saber quem ali jaz, desde a Idade Média ou a

Época Moderna. Mas... nas ruas das nossas vilas e cidades não há epigrafia? Não é numa placa toponímica que está gravada a sua identificação?



E este, o da toponímia, é um bom exemplo para voltarmos atrás, ao que se dissera sobre o estádio anterior à gravação de uma epígrafe. O encomendante tem uma ideia; expõe-a ao canteiro (também designado lapicida, porque, para gravar as letras, tem de rasgar a pedra); discutem a paginação, os termos, o tipo de letra... E no caso do nome de uma rua? Compete, segundo a lei, à Junta de Freguesia propor a designação. Antes, porém, consulta os fregueses, indaga acerca de eventual nome tradicional, pergunta se algum notável local deverá ser assim homenageado. Um processo, portanto, não isento de pressões de variada ordem, inclusive política. E ao epigrafista compete saber desse processo e deduzir – caso não haja documentação explícita – porque é que se deu este nome e não outro.

Poderíamos, neste domínio, aduzir inúmeros exemplos, mormente os das ruas bilingues: porquê bilingue? Porque está em primeiro lugar o mirandês e em segundo o português?

Há, contudo, uma placa que, a meu ver, pode eloquentemente consubstanciar esta problemática (**Figura 6**). Existe, em Coruche, a Praça da Liberdade; antes, fora Praça 5 de Outubro e, no século XIX, quando por ali a burguesia deambulava nos seus negócios e regurgitava de gente, foi Praça do Comércio. 5 de Outubro, após a implantação da República; da Liberdade, após a Revolução de Abril. E o curioso está no facto de as três designações constarem na placa – a mostrarem não apenas uma continuidade mas, de modo muito perspicaz, a revelar que os responsáveis pelos serviços de toponímia da Câmara Municipal estão bem cientes do que é a tradição, a memória, as raízes, o património. E esta conclusão tira-a o cidadão ilustrado, mas é apanágio específico do epigrafista.

## 6. CONCLUSÃO

Presentes no nosso dia-a-dia, amiúde olhadas distraidamente, as inscrições constituem, afinal, essas fontes históricas excepcionais.

Ao epigrafista não interessa apenas o que nelas está explícito; o implícito é, porventura, muito mais importante e é esse elemento, o que «está por detrás», que importa descobrir e valorizar.

E, afinal, ao enviarmos uma banal sms nada mais estamos a fazer do que a imitar os lapicidas de antanho!...



**Abstract:** Epigraphic monuments are, in fact, very special historic documents. They are original; in any historic period – from the Iron Age to our days – they can show to us the implicit mentality that determinate their erection. Also today isn't innocent at all the toponomy of our streets and this is another eloquent investigation theme.

**Key-words:** Epigraphy, graffiti, toponomy.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS<sup>2</sup>

ALMEIDA, M. **Filosofia dos Pára-choques**. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963.

BARROCA, M. **Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

ENCARNAÇÃO, J. A epigrafia do momento: grafitos... a comunicação sedutora. In: ANGELI BERTINELLI, M. G.; DONATI, A. (coord.). **Opinione Publicca e Forme di Comunicazione a Roma: il Linguaggio dell'Epigrafia**. Faenza: Fratelli Lega Editori, 2009, pp. 15-28. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/11470>>

ENCARNAÇÃO, J. **Epigrafia – As Pedras que Falam**. 2ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010<sup>3</sup>.

SABLAYROLLES, R. **Libertinus Miles – Les Cohortes de Vigiles**. Collection de l'École Française de Rome, n° 224, 1996.

SOUSA, J. M. C. **Apontamentos de Epigrafia Portuguesa**. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Coimbra, 1983.

SUSINI, G. **Epigrafia Romana**. Roma: Jouvence, 1982.

<sup>2</sup> Procurei sintetizar as ideias principais do tema que me propus tratar. Preferi, por isso, manter o estilo oral, quase de ensaio, não interrompido por inoportunas notas de rodapé. Permita-se-me, pois, que assinalo apenas as obras que se me afiguram mais sugestivas no âmbito do que procurei transmitir.

<sup>3</sup> Manual para o estudo da Epigrafia, designadamente da Epigrafia Romana. Encara-se o monumento epigráfico como singular fonte histórica e dão-se exemplos.



Fig. 1 – O quadro do Museu de Odrinhas.

Tema Livre

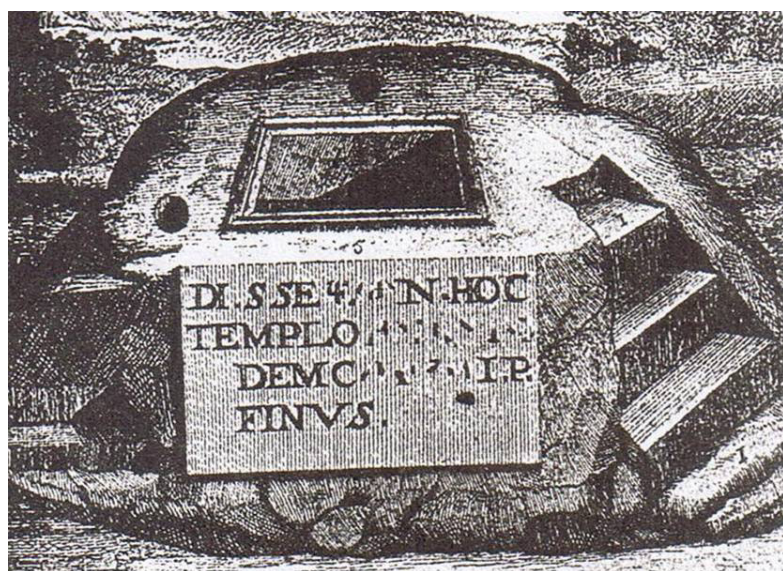


Fig. 2 – Desenho de uma das rochas do santuário romano de Panóias, por D. Jerónimo, Contador de Argote (1732).



*1 Pedro 1 : 3*  
*Atos 24 : 15*

Fig. 3 – Sobre uma sepultura actual.



Tema Livre

Chegou a altura  
de aprender

Comece com um Curso  
Intensivo de Verão Grátis.

Visite-nos ou ligue:

**808**

Fig. 4 – «I love Maria».



Fig. 5 – «Até aqui 300!».



Fig. 6 – Os nomes da praça, em Coruche.



**HÉLADE**

*Acervo Digital: [www.helade.uff.br](http://www.helade.uff.br)*

*Plataforma OJS: [periodicos.uff.br/helade](http://periodicos.uff.br/helade)*